

# Consumo de medicamentos durante a pandemia da Covid-19

## *Use of medication during the Covid-19 pandemics*

**Mariana Squinca<sup>1\*</sup>**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8112-7278>

**Ana Flávia Gonçalves Arcuri<sup>2\*</sup>**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1652-5624>

**Júlia Thaynara Raposo Pereira<sup>3\*</sup>**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5746-1770>

**Thais de Oliveira Ribeiro<sup>4\*</sup>**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9895-4114>

**Danyelle Cristine Marini<sup>5</sup>**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0700-7603>

### Resumo

**INTRODUÇÃO:** O início da pandemia do covid-19 implicou isolamento social, o que dificultou o acesso a serviços de saúde, o que poderia gerar aumento de consumo de medicamentos, por conta própria ou prescrição médica. Ressalta-se também a influência de propagandas popularizando medicamentos sem eficácia comprovada. **OBJETIVO:** O presente estudo analisou se ocorreu maior frequência do uso de medicamentos durante o isolamento social, correlacionando o fato com fatores como idade, sexo, classes medicamentosas, aumento da posologia dos fármacos e consumo com ou sem indicação. **MATERIAIS E MÉTODOS:** O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da UNIFAE, CAAE 36933020.7.0000.5382. Trata-se de uma pesquisa transversal realizada através de um questionário no Google Forms, com questões abertas e fechadas. Para verificação de dados foram utilizadas ferramentas de análises estatísticas descritivas. **RESULTADOS:** Foram analisadas 566 respostas do questionário, foi constatado que 49,82% dos participantes utilizam medicamentos de uso contínuo, das quais 19,85% necessitaram aumentar a dose. Ademais, 57,06% dos participantes relataram uso de algum outro tipo de medicamento durante a pandemia, sendo estes 74,6% analgésicos, 48,91% vitaminas, 48,29% antitérmicos, 42,72% anti-inflamatórios, 24,76% antidepressivos e ansiolíticos, 17,95% antibióticos, 16,71% ivermectina, 4,02% nitazoxanida e 1,54% cloroquina. **CONCLUSÕES:** Conclui-se, portanto, que as principais classes de medicamentos utilizadas foram os analgésicos, antitérmicos e vitaminas, com aumento na frequência de consumo. Tal utilização emergiu do intuito de reforçar o sistema imunológico, tratar sintomas febris, e tratar queixas relacionadas a dores, mesmo sem prescrição médica.

**Palavras-chave:** aumento; automedicação; consumo de medicamentos; covid-19; medicamentos; pandemia.

### Abstract

**BACKGROUND:** The beginning of the covid-19 pandemic implied social isolation, and made it difficult to access health services, which could lead to an increase in the consumption of medicines, on their own or with a doctor's prescription. The influence of advertisements popularizing drugs with no proven efficacy is also highlighted. **OBJECTIVE:** The present study analyzed whether there was a greater frequency of medication use during social isolation, correlating the fact with variables such as age, sex, drug classes, increased drug dosage and consumption with or without indication. **METHODS:** The study was approved by the Ethics Committee of UNIFAE, CAAE 36933020.7.0000.5382. This is a cross-sectional survey carried out through a questionnaire on Google Forms, using both multiple choice and discursive questions. To verify the data, descriptive statistical analysis tools were used. **RESULTS:** A total of 566 responses to the questionnaire were analyzed, and it was found that 49,82% of the participants use medication for continuous use, of which 19,85% needed to increase the dose. In addition, 57,06% of the participants reported using some other type of medication during the pandemic, 74,6% of which were analgesics, 48,91% vitamins, 48,29% antipyretics, 42,72% anti-inflammatory drugs, 24,76% antidepressants and anxiolytics, 17,95% antibiotics, 16,71% ivermectin, 4,02% nitazoxanide and 1,54% chloroquine. **CONCLUSIONS:** It is concluded that the main classes of drugs used were analgesics, antipyretics and vitamins, with an increase in the frequency of consumption. Such use emerged with the aim of strengthening the immune system, treating feverish symptoms, and treating pain-related complaints, even without a medical prescription.

**Keywords:** increase; automedication; drug use; covid-19; medication; pandemics.

<sup>1</sup> E-mail: [mariana.squinca@hotmail.com](mailto:mariana.squinca@hotmail.com)

<sup>2</sup> E-mail: [fafa.arcuri@yahoo.com](mailto:fafa.arcuri@yahoo.com)

<sup>3</sup> E-mail: [juliarpereira13@gmail.com](mailto:juliarpereira13@gmail.com)

<sup>4</sup> E-mail: [t.o.ribeiro2001@gmail.com](mailto:t.o.ribeiro2001@gmail.com)

<sup>5</sup> Email: [danyelle.marini@prof.fae.br](mailto:danyelle.marini@prof.fae.br)

\* Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino - UNIFAE - Medicina. São João da Boa Vista/SP – Brasil.

## Introdução

No final de dezembro de 2019, surgiram em Wuhan, na China, inúmeros casos de um tipo de pneumonia de origem não identificada. Após estudos locais os cientistas chineses identificaram um novo vírus, nomeado “Sars-cov-2”, que seria o causador da doença COVID-19<sup>1</sup>.

Trata-se de uma moléstia que apresenta sintomas variados sendo os principais: febre, tosse, hipoageusia, dores sistêmicas e alguns sintomas gastrointestinais. Em sua forma mais avançada, pode evoluir para a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS)<sup>2</sup>.

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a epidemia na China era um caso de Emergência de Saúde Pública de Preocupação Internacional (PHEIC). Com o avançar do vírus, foi constatado o primeiro caso oficial no Brasil, em fevereiro de 2020. O surto da doença foi caracterizado como pandemia em março<sup>2</sup>.

Nesse cenário, as autoridades de saúde brasileiras declararam a necessidade de cumprir o isolamento social, como medida preventiva para o avanço do vírus. A pandemia apresentou-se como ameaça para a saúde global, tanto nos aspectos físicos quanto emocionais<sup>3</sup>.

Tendo em vista a constante ansiedade provocada pelo isolamento, bem como o não alinhamento entre corpo e mente, é evidente que a busca pela cura pode trazer consigo o aumento da utilização de medicamentos a fim de amenizar sintomas. Mudanças na rotina, estresse, tensões, inatividade física, períodos ociosos, dentre outras diversas causas, podem resultar em manifestações físicas como dores de cabeça, dores musculares, mal-estar e outras ocorrências. Tais desordens que provocam a diminuição da qualidade de vida levam à recorrência da

automedicação. Contudo, medicamentos de venda livre e fácil acesso não são isentos de causar intoxicação e efeitos adversos se consumidos de maneira irracional, como os analgésicos, por exemplo, que se em excesso podem levar à cronificação da cefaleia<sup>4</sup>.

Apesar da emergência da vacinação em 2021, a qual, no Brasil, se fez de forma lenta até o segundo semestre daquele ano, muitos médicos e leigos acreditam no “tratamento precoce”, como forma de prevenir a infecção ou evitar os sintomas mais graves da doença, baseado no uso de medicamentos “off label” como os anti-helmínticos e antimaláricos que mostraram atividade antiviral em ensaios *in vitro* eficaz e seguro para Covid-19, mas que, no entanto, não se mostram eficazes *in vivo*. Dessa forma, é importante ressaltar que esse uso está em desacordo com o uso racional de medicamentos, princípio fundamental da farmacoterapia promovido pela OMS. A preocupação maior desse uso são os possíveis efeitos cardíacos e risco de óbito na população<sup>5</sup>.

Com base nesses aspectos, surge a necessidade de mensurar o quanto a pandemia impactou no consumo de medicamentos e a automedicação, assim como seus possíveis efeitos. Sendo assim, é de extrema importância que a medicação seja prescrita por um médico ou farmacêutico, de modo que evite uma possível superdosagem<sup>4</sup>.

O presente estudo teve como objetivos analisar o consumo e posologia, evidenciando os medicamentos de venda livre e uso contínuo, durante a pandemia, avaliando indicações, possíveis efeitos colaterais e consequências ao organismo, bem como analisar as classes de fármacos que mais foram consumidas durante o período de pandemia, por sexo, classe, renda mensal e grau de escolaridade, além disso, verificou-se se o uso de tais fármacos

foi feito por prescrição médica ou automedicação e os motivos que levaram as pessoas a consumirem o medicamento por conta própria.

## **Materiais e Métodos**

### **Amostra e tipo de estudo**

O presente trabalho foi conduzido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFAE via Plataforma Brasil. Este estudo seguiu com as exigências para pesquisas que envolvem seres humanos, de acordo com a Resolução 466 de 2012 do Congresso Nacional de Ética em Pesquisa.

### **Delineamento da pesquisa**

Realizou-se por meio de um questionário disponibilizado, no período de setembro a novembro de 2020, para a amostra da população em geral por meio da plataforma Google. O link para o acesso foi disponibilizado via redes sociais. Infere-se que o presente estudo prevê riscos e/ou desconfortos mínimos aos participantes, do tipo cansaço ou enfado por ter que responder ao questionário, que possui 94 questões, entre abertas e fechadas, com mínimo de 7 questões a serem respondidas, caso todas as respostas fossem negativas. Contudo, o número de questões respondidas variou de acordo com cada resposta, levando aproximadamente 25 minutos. Na elaboração das perguntas foi feito um breve traçado de perfil pessoal e, posteriormente, uma investigação em relação ao uso de várias classes de medicamentos antes e durante a pandemia e indicações.

## **Crítérios de Inclusão e Exclusão**

Os critérios de inclusão foram participantes de ambos os sexos e maiores de 18 anos, foram excluídos aqueles que não aceitaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Todos tiveram sua identidade mantida em sigilo, foram orientados quanto ao procedimento de estudo e a justificativa da importância da pesquisa. Para a análise dos dados foram utilizadas ferramentas de análise estatística descritiva, por meio da determinação de média, desvio padrão, frequência absoluta e relativa. As análises estatísticas dos dados se deram por meio do Microsoft Excel 2010.

## **Procedimentos**

Os medicamentos citados na pesquisa foram organizados em uma tabela pela classificação ATC (Anatomical Therapeutic Chemical Code), que é adotada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e consiste em classificar os fármacos em diferentes grupos de acordo com o órgão ou sistema sobre o qual atuam e segundo suas propriedades químicas, farmacológicas e terapêuticas (OMS, 2015).

## **Resultados**

Com base na tabela 1 foi exposto que, dentre os 566 participantes, 49,82% (n=282) alegaram utilizar medicamentos de uso contínuo, sendo a maioria composta por mulheres (37,27%; n=211) e faixa etária de 18-39 anos (24,91%; n=141). Com relação à escolaridade, a maior parcela de pessoas que faz uso de medicamentos contínuos apresenta ensino superior completo, representando 21,02%(n=119).

Tabela 1 – Necessidade do aumento de dose em usuários de medicamentos contínuos

	Faz uso de medicamento contínuo				Precisou aumentar a dose do medicamento contínuo			
	Não		Sim		Não		Sim	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>Sexo</b>								
Feminino	181	31,97%	211	37,27%	166	78,67%	45	21,32%
Masculino	103	18,19%	71	12,54%	60	84,50%	11	15,49%
<b>Escolaridade</b>								
Ensino fundamental completo	6	1,06%	5	0,88%	5	100%	0	-
Ensino fundamental incompleto	1	0,17%	0	-	0	-	0	-
Ensino médio incompleto	3	0,53%	4	0,70%	2	50%	2	50%
Ensino médio completo	58	10,24%	55	9,71%	41	74,54%	14	25,45%
Ensino superior incompleto	108	19,08%	79	13,95%	58	73,41%	21	26,58%
Ensino superior completo	93	16,43%	119	21,02%	102	85,71%	17	14,28%
Mestrado	13	2,29%	17	3,00%	15	88,23%	2	11,76%
Doutorado	2	0,35%	3	0,53%	3	100%	0	-
<b>Faixa etária</b>								
18 a 39 anos	210	37,10%	141	24,91%	99	70,21%	42	29,78%
40 a 59 anos	65	11,48%	94	16,60%	84	89,36%	10	10,63%
60 a 79 anos	9	1,59%	45	7,95%	41	91,11%	4	8,88%
580 a 99 anos	0	-	2	0,35%	2	100%	0	-
<b>Renda salarial</b>								
Até 1 salário mínimo	18	3,18%	12	2,12%	10	83,33%	2	16,66%
De 1 a 3 salários	75	13,25%	68	12,01%	56	82,35%	12	17,64%
De 3 a 6 salários	46	8,12%	53	9,36%	49	92,45%	4	7,54%
Acima de 6 salários	65	11,48%	91	16,07%	70	76,92%	21	23,07%
Não tem renda	80	14,13%	58	10,24%	41	70,68%	17	29,31%

Os medicamentos foram separados de acordo com a Classificação Anatómica Terapêutica Química (ATC), observando-se uma predominância no uso de agentes para tratar distúrbios no sistema cardiovascular, totalizando 30,85% (n=87), 28,01% (n=79), antidepressivos, 21,63% (n=61), contraceptivos hormonais de uso sistêmico, 12,41% (n=35) preparações de hormônios tireoidianos, 11,70% (n=33).

Dos participantes que fizeram uso de algum medicamento de uso contínuo, 19,86% (n=56) sentiram necessidade de aumentar a dose, sendo esses 80,35% (n=45) mulheres e 19,65% (n=11) homens. O aumento da dose entre 62,50% (n=35) dos pacientes foi feito sob orientação médica; enquanto 37,50% (n=21) decidiram aumentar a dose por conta própria.

Conforme as informações obtidas por meio da análise dos dados coletados, do total de 566 participantes, 323 relataram ter feito

uso de algum tipo de medicamento durante a pandemia, sendo que 42,83 % eram mulheres e 14,13% homens.

De acordo com a tabela 2, uma totalidade de 138 entrevistados (24,08%) utilizaram anti-inflamatórios durante esse período. Os motivos da utilização incluem cefaleia, sinusite, torcicolo, amigdalite, gengivite, cirurgia odontológica, bursite, tendinite, lombalgia, dismenorrea e picada de inseto. Entre esses, 39,13% (n=54) pessoas utilizaram por prescrição médica e 60,14% (n=83) por conta própria – desses (6,5 %) relataram não sofrer influência de redes sociais, amigos, família, internet e televisão para a ingestão; e sofreram influência de amigos (15,66%) e internet (3,61%). Do total das pessoas 93% relataram melhora ao utilizar o medicamento e (2,17%) relataram reações adversas, como gastralgia, dor de cabeça, cansaço e sonolência.

Tabela 2 – Uso de anti-inflamatórios e antitérmicos durante a pandemia

	Anti-inflamatório				Antitérmico			
	Não		Sim		Não		Sim	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>Sexo</b>								
Feminino	142	43,96%	101	31,26%	117	36,22%	126	39,00%
Masculino	43	13,31%	37	11,45%	50	15,47%	30	9,28%
<b>Escolaridade</b>								
Ensino fundamental completo	6	1,85%	0	-	2	0,61%	4	1,23%
Ensino fundamental incompleto	0	-	0	-	0	-	0	-
Ensino médio incompleto	2	0,61%	2	0,61%	1	0,30%	3	0,92%
Ensino médio completo	41	12,69%	35	10,83%	39	12,07%	37	11,45%
Ensino superior incompleto	60	18,57%	51	15,78%	52	16,09%	59	18,26%
Ensino superior completo	64	19,81%	45	13,83%	64	19,81%	45	13,93%
Mestrado	11	3,40%	3	0,92%	7	2,16%	7	2,16%
Doutorado	1	0,30%	2	0,61%	2	0,61%	1	0,30%
<b>Faixa etária</b>								
18 a 39 anos	131	40,55%	98	30,34%	107	33,12%	122	37,77%
40 a 59 anos	41	12,69%	30	9,28%	43	13,31%	28	8,66%
60 a 79 anos	13	4,02%	10	3,09%	17	5,26%	5	1,85%
80 a 99 anos	0	-	0	-	0	-	0	-
<b>Renda Salarial</b>								
Até 1 salário mínimo	11	3,40%	9	2,78%	6	1,85%	14	4,33%
De 1 a 3 salários	48	14,86%	30	9,28%	43	13,31%	35	10,83%
De 3 a 6 salários	27	8,35%	24	7,43%	27	8,35%	24	7,43%
Acima de 6 salários	51	15,78%	34	10,52%	42	13,00%	43	13,31%
Não tem renda	48	14,86%	41	12,69%	49	15,17%	40	12,38%

Analisando o uso de antitérmicos, com base na tabela 2, obteve-se que 48,29% (n=156) dos participantes fizeram uso desses medicamentos, sendo que 14,74% (n=23) desses relataram prescrição médica, enquanto 85,25% (n=133) tomaram o medicamento por conta própria, 23,07% (n=36) precisaram aumentar a dose do antitérmico ou utilizar com mais frequência. Os motivos relatados pelos participantes para a utilização incluem febre, dores de cabeça e no corpo, enxaqueca, sinusite, cólicas menstruais, dores musculares, dores de dente, resfriado ou gripe, Covid-19, amigdalite, artrose, pós-operatório, tensão pré-menstrual, dengue, intoxicação alimentar e síndrome de Raynaud. Dentre o total de pessoas 97,43% (n=152) relataram melhora com o medicamento, apenas 2,56% (n=4) não sentiram melhora. Com relação às reações adversas, 96,79% (n=151) negaram sua presença e apenas

3,20% (n=5) relataram as seguintes reações: dores no estômago, vômitos, cacosmia e hipotensão.

Conforme exposto na tabela 3, 241 participantes (74,6%) responderam sim para o uso de analgésicos, prevalecendo maior consumo entre o sexo feminino, 58,82% (n=190). Dentre os principais motivos do uso foram citadas as seguintes causas: Cefaleia, enxaqueca, dores musculares, dores menstruais, dores na coluna, dor abdominal, dor de dente, dores articulares, estados febris, sintomas da COVID-19, uso pós-cirúrgico, sinusite, infarto, cólica de rins e dengue. Ao todo, 83,40% (n=201) alegaram fazer consumo do medicamento por conta própria e 16,60% (n=40) por prescrição médica. Dentre os participantes que fizeram consumo por conta própria, 90,45% (n=218) afirmaram não ter sofrido nenhum tipo de influência, e a maioria, 7,88%



(n=19), afirmou ter sido influenciada por amigos. Além disso, 94,20% (n=227) sentiram-se melhor com o uso e 5,80% (n=14) não obtiveram melhora. 20,33% (n=49) sentiram necessidade de aumentar a dose, enquanto 79,67% (n=192) não

sentiram necessidade de aumento da dose. 4,15% (n=10) sentiram algum tipo de reação adversa, como: Hipotensão, sonolência, náuseas, vômitos, dor de estômago, dificuldade de raciocínio, labilidade emocional e cacosmia.

Tabela 3 – Uso de analgésicos, antidepressivos e ansiolíticos durante a pandemia

	Analgésico				Antidepressivo e ansiolítico			
	Não		Sim		Não		Sim	
	n	%	n	%	N	%	n	%
<b>Sexo</b>								
Feminino	53	16,40%	190	58,82%	173	53,56%	70	21,67%
Masculino	29	8,97%	51	15,78%	70	21,67%	10	3,09%
<b>Escolaridade</b>								
Ensino fundamental completo	1	0,30%	5	1,54%	5	1,54%	1	0,30%
Ensino fundamental incompleto	0	-	0	-	0	-	0	-
Ensino médio incompleto	1	0,30%	3	0,92%	1	0,30%	3	0,92%
Ensino médio completo	20	6,19%	56	17,33%	57	17,64%	19	5,88%
Ensino superior incompleto	29	8,97%	82	25,38%	91	28,17%	20	6,19%
Ensino superior completo	25	7,73%	84	26,00%	77	23,83%	32	9,90%
Mestrado	6	1,85%	8	2,47%	11	3,40%	3	0,92%
Doutorado	0	-	3	0,92%	1	0,30%	2	0,61%
<b>Faixa etária</b>								
18 a 39 anos	57	17,64%	172	53,25%	177	54,79%	52	16,09%
40 a 59 anos	17	5,26%	54	16,71%	51	15,78%	20	6,19%
60 a 79 anos	8	2,47%	15	4,64%	15	4,64%	8	2,47%
80 a 99 anos	0	-	0	-	0	-	0	-
<b>Renda salarial</b>								
Até 1 salário-mínimo	6	1,85%	14	4,33%	14	4,33%	6	1,85%
De 1 a 3 salários	20	6,19%	58	17,95%	58	17,95%	20	6,19%
De 3 a 6 salários	10	3,09%	41	12,69%	39	12,07%	12	3,71%
Acima de 6 salários	23	7,12%	62	19,19%	61	18,88%	24	7,43%
Não tem renda	23	7,12%	66	20,43%	71	21,98%	18	5,57%

No que refere ao uso de vitaminas 48,92% (n=158) dos participantes relataram utilizar vitaminas, dos quais 30,38% (n=48) fizeram uso concomitante de 2 ou mais tipos, 46,20% (n=73) fizeram uso de vitamina D, 36,07% (n= 57) de vitamina C, 32% (n=40) polivitamínicos com minerais. Dentre os principais motivos para tal utilização, foram citados por 33,54% (n=53) o desejo de melhorar o sistema imune, por 45,32% (n=40) a recomendação profissional e/ou alterações laboratoriais. O uso de medicação por recomendação médica foi de 45,57% (n=72) e o consumo iniciado por conta própria foi por 54,43% (n=86) dos participantes. Além disso, 88,61% (n=140) aumentaram a dose das

vitaminas, e 73,42% (n=116) alegaram sentir melhora nos sintomas.

Quanto aos antidepressivos e ansiolíticos, a tabela 3 expõe que não é possível afirmar que houve um aumento na frequência de consumo, tendo como base o dado de que somente 80 participantes relataram seu uso. Chama atenção ao fato de que o consumo foi significativamente maior entre o sexo feminino, tomando uma proporção de 7:1 quando comparada ao masculino. Outro dado relevante foi que o uso dessa classe se mostrou maior entre a faixa etária de 18-39 anos, representando 16,09%. Já relacionando com outros fatores como a escolaridade e renda salarial, destaca-se o uso nos participantes com

ensino superior completo (9,90%) e com renda acima de 6 salários-mínimos (7,43%). Sua indicação foi realizada em 92,5% dos casos por prescrição médica, para tratar sintomas decorrentes da ansiedade e estado depressivo, 27 participantes relataram aumento de dose nesse período.

Apenas 13 participantes relataram uso de nitazoxanida, sendo a maioria do sexo feminino, 3,4% (n=11), conforme denotado pela tabela 5. Analisando a indicação, 84,61% (n=11) foram por prescrição médica para vermifugação, os outros 15,38% (n=2) utilizaram por conta própria, alegando influência da internet e amigos, no intuito de vermifugar ou pela crença de que o medicamento poderia evitar a COVID-19.

Com relação ao consumo de corticoide 14,85% (n=48) dos entrevistados alegaram seu uso sendo 12,38% (n=40) mulheres e 2,47% (n=8) homens. Dentre os principais motivos que levaram os participantes a fazer uso de corticoide estavam: crises alérgicas, asma, prevenção e tratamento de covid-19, sintomas gripais e dores. Das 48 pessoas que utilizaram algum tipo de corticoide, 79,16% (n=38) realizaram a medicação com prescrição médica enquanto 20,16% (n=10) praticaram a automedicação, 79,16% (n=38) não sentiram necessidade de aumentar a dose da medicação, 95,43% (n=46) sentiram-se melhor após fazer o uso do medicamento, 12,5% (n=6) relataram aumento de peso, sonolência e dores de estômago.

Ao todo, 1,55% (n=5) dos participantes relataram fazer uso de hidroxiclороquina, sendo 0,62% (n=2) do sexo feminino e 0,93% (n=3) do sexo masculino. Em relação à escolaridade, 0,62% (n=2) dos participantes possuem ensino fundamental completo, 0,62% (n=2) ensino superior completo e 0,31% (n=1) mestrado. A faixa etária de maior ocorrência do uso dessa classe foi entre 40-

59 anos, correspondendo a 0,93% (n=3) dos entrevistados. As 5 pessoas afirmaram receber acima de 6 salários-mínimos e alegaram ser por prescrição médica, com o objetivo de atuar como um tratamento precoce para a COVID-19.

Um total de 16,71% (n=54) dos participantes relataram ter feito uso de ivermectina, sendo 66,66% (n=36) mulheres e 33,33% (n=18) homens. Destes, 7,12% (n=23) apresentaram ensino superior completo, 4,95% (n=16) ensino superior incompleto, 2,16% (n=7) ensino médio completo e 1,54% (n=5) mestrado. Em relação à faixa etária, 8,66% (n=28) possuem entre 18-39 anos, 33,33% (n=18) o fizeram mediante prescrição. Dentre os motivos citados, os mais frequentes foram relacionados à crença de que esse medicamento é eficaz para prevenir casos de Covid-19, outros foram carrapato, piolho e por função vermífuga. Como possíveis influências foram citados amigos em 35,18% (n=19), internet em 7,40% (n=4) e redes sociais em 3,70% (n=2).

17,95% (n=58) dos participantes relataram uso de antibiótico, sendo que a faixa etária predominante foi 18-39 anos e a renda salarial teve predominância acima dos 6 salários. Do total que utilizaram, 53 (91,37%) eram por prescrição médica e 5 (8,62%) por conta própria. 89,65% (n=52) dos entrevistados declararam que tiveram eficácia com a utilização e 86,2% (n=50) não tiveram reações adversas.

## Discussão

O questionário foi respondido por 566 pessoas, das quais 57,06% (n=323) alegaram consumir medicamento durante a pandemia do COVID-19, sendo que 75,23% (n=243) dessas respostas foram de mulheres e 24,76% (n=80) de homens.

Nesta pesquisa, pessoas que não possuem renda, representam a maioria que utilizou algum medicamento durante a

pandemia, sendo responsável por 15,72% (n=89) dos resultados obtidos. Contudo, é necessário ressaltar que, entre os participantes que não possuem renda, a maior ocorrência foi na faixa etária entre 18 e 25 anos, sendo 91,57% (n=76) dessas pessoas. Tal fato pode ser explicado devido à menor faixa etária, muitas vezes, por ainda não possuírem renda ou por estarem estudando. A segunda classe de pessoas que mais consumiu medicamentos, foi aquela com mais de 6 salários-mínimos, 15,01% (n=85). A população com menos de 1 salário-mínimo é a que menos consumiu medicamentos, 3,53% (n=10).

No tocante à escolaridade, o presente estudo constatou que aqueles que mais fizeram uso de medicamentos durante a pandemia

médio completo, 13,42% (n=76), ensino superior incompleto, 19,61% (n=111) e ensino superior completo, 19,25% (n=109). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>6</sup> o termo automedicação está associado ao autodiagnóstico de doenças e sintomas, por pessoas que escolhem e usam medicamentos. A automedicação se tornou algo mais comum do que se esperava em pleno século XXI, e foi mais observada principalmente durante a pandemia do COVID-19. Justamente pela grande quantidade de fatores que interferiram no discernimento da população e outros que facilitaram a compra de diversos medicamentos, não apenas no cenário brasileiro.

Neste estudo, 19,83% (n=56) dos participantes que faziam uso de medicamento de forma contínua sentiram necessidade de aumento de dose. O aumento da dose de 62,50% (n=35) dos pacientes foi feito sob orientação médica; enquanto 37,50% (n=21) participantes decidiram aumentar a dose por conta própria. Dentre as principais classes de medicamentos, cujo aumento de dose foi realizado por conta própria estão os

ansiolíticos, sedativos e antidepressivos. Segundo um documento publicado pelo Ministério da Saúde um dos perigos da automedicação e o uso indiscriminado de medicamentos é o risco de intoxicação. Os analgésicos, os antitérmicos, os anti-inflamatórios e os benzodiazepínicos representam as classes de medicamentos que mais intoxicam<sup>7</sup>.

Também foi constatada no presente estudo, uma pequena proporção, de 2,8% (n = 8), a utilização de fármacos contínuos por conta própria, sem indicação médica. Entre eles, destacaram-se os anticoncepcionais, que podem ser adquiridos no Brasil por meio de consulta com profissionais em serviço público ou privado, ou então no balcão das farmácias sem necessidade de apresentar prescrição médica; contudo é necessário atentar para os riscos, benefícios e possíveis contraindicações de seu uso<sup>8</sup>.

Somado ao uso contínuo de anticoncepcionais por conta própria, foi também evidente neste estudo o elevado consumo esporádico de vários medicamentos de venda livre sem prescrição médica, sendo que os mais citados foram vitaminas, antitérmicos, anti-inflamatórios e analgésicos. De acordo com um estudo português, existe a tendência de crescimento do mercado dos chamados, no Brasil, medicamentos isentos de prescrição (MIP) em âmbito global, sob influência principalmente da acessibilidade provida pelos medicamentos à pronta entrega. Além disso, também é bastante provável que os consumidores se apoiem na opinião do farmacêutico para a prática de automedicação<sup>9</sup>. De maneira semelhante, de acordo com um estudo sobre consumo de medicamentos sem prescrição médica em Porto Alegre (RS), os balconistas de farmácias têm atuado como prescritores, agindo de modo a favorecer o consumo inadequado de fármacos, fator preocupante quando se considera o contexto que faz a população optar por medicamentos como



fonte de saúde e farmácias para substituir serviços de saúde e médicos<sup>10</sup>.

Os medicamentos anti-inflamatórios não-esteroidais (AINES) atualmente, são reconhecidos como a classe mais utilizada ao redor do mundo. Suas propriedades são caracterizadas por abranger efeitos analgésicos, anti-inflamatórios e antipiréticos, dessa forma, podem ser amplamente utilizados para queixas relacionadas a dores articulares, inflamações e febre. O fato de que alguns desses medicamentos constem como medicamentos isentos de prescrição (MIP), acaba por criar uma falsa sensação, especialmente na população leiga, de que essa classe não possui riscos quanto ao consumo, facilitando o seu uso irracional<sup>11</sup>.

Quanto aos motivos que levam a população a utilizar AINES, os principais são enxaqueca e dores no sistema musculoesquelético. Segundo um estudo realizado por Rankel *et al.*<sup>11</sup>, concluiu-se que 75% dos participantes utilizaram dessa classe medicamentosa, e quando indagados sobre a indicação de tratamento, obteve-se que 29% utilizaram para tratar de dores musculares, seguido por 27% para dor de cabeça, 9% de garganta, 8% na coluna<sup>11</sup>.

Os AINES quando utilizados de maneira inadequada, podem trazer efeitos colaterais desagradáveis. Ainda na análise feita por Rankel *et al.*<sup>11</sup>, 60% dos participantes alegaram que tinham conhecimento dos riscos e efeitos colaterais trazidos pelo uso dessa classe, enquanto 40% negavam. Além disso, os participantes relataram alguns efeitos adversos com seu uso, sendo que 59% relataram ter dores de estômago, 14% dores de cabeça, 14% náuseas e vômitos e 4% não sentiram nada<sup>11</sup>.

Em um contexto de pandemia da COVID-19, é esperado um forte impacto social, econômico e político na vida da população em geral. O período de

isolamento social imposto pela presença do vírus Sars-CoV-2, somado ao medo da doença que assola a população, são fatores que desencadeiam ansiedade e sintomas depressivos. Segundo Wang *et al.*<sup>12</sup>, um estudo realizado contando com 1.210 participantes da faixa etária de 21 a 30 anos na China, constatou que cerca de 53,8% dos participantes classificaram o impacto psicológico da quarentena como moderado ou severo e relataram sintomas moderados ou severos de ansiedade (28,8%), depressão (16,5%) e estresse (8,1%), com diferenças significativas para o sexo feminino<sup>12</sup>. Citando o estudo de Barros *et al.*<sup>13</sup>, que traz uma perspectiva da realidade brasileira durante esse período, foi constatado que cerca de 40,4% dos brasileiros sentiram-se tristes ou deprimidos muitas vezes ou sempre e 52,6% referiram sentirem-se ansiosos ou nervosos sempre ou quase sempre. Foi dado um destaque também para a insônia, constatando que, 43,5% dos participantes passaram a apresentar o problema e, 48,0 tiveram o problema prévio agravado<sup>13</sup>.

Atualmente os medicamentos antidepressivos são considerados a primeira linha de suporte no tratamento do estado depressivo, trazendo não só a amenização dos sintomas como também os eliminando. Dentre os agentes que compõem essa classe, existem os fármacos inibidores seletivos da recaptção de serotonina (ISRS), antidepressivos tricíclicos (ATCs) e inibidores da enzima monoaminoxidase (IMAOs)<sup>14</sup>. O uso dessa classe medicamentosa deve ser cauteloso uma vez que quando utilizada por pacientes sem indicação, não trazem benefícios, mas em contrapartida, podem trazer um risco aumentado para efeitos colaterais severos. De uma forma geral, o uso inadequado de antidepressivos pode culminar em comportamentos suicidas, disfunção sexual, dependência e síndrome de abstinência<sup>14</sup>.

Nesse presente estudo, assim como no estudo realizado por Oliveira<sup>14</sup>, em 2018, foi possível traçar um perfil da população que utiliza dessa classe farmacológica. Foi revelado, em ambos, que o sexo e a escolaridade, bem como a renda salarial, são fatores que influenciam no uso de medicamentos antidepressivos<sup>14</sup>. Segundo dados obtidos, as participantes do sexo feminino foram as que mais utilizaram esse tipo de medicação. O aumento da escolaridade e da renda salarial são diretamente proporcionais ao aumento do consumo de antidepressivos, fato esse, pode ser reflexo também do maior acesso a recursos médicos e terapêuticos trazidos pelo maior poder de aquisição<sup>15</sup>.

De acordo com o artigo “The Role of Vitamin C, Vitamin D, and Selenium in Immune System against COVID-19” 2020, a vitamina C (ácido ascórbico) tem efeitos positivos na resposta imune; acredita-se que o ácido ascórbico inibe a hiperativação de células responsáveis pela resposta imune<sup>16</sup>. Nota-se por meio de resultados obtidos nesta pesquisa que, dos 158 participantes que utilizam vitaminas, 46,20% (n=73) e 36,07% (n=57) fazem uso de vitaminas D e C, respectivamente. Dentre os principais motivos citados pelos participantes, encontram-se o desejo da melhora do sistema imune e, também, de uma baixa concentração de vitamina D sérica, apontada em exames laboratoriais, ocasionada, muitas vezes, pela baixa exposição ao sol, fato que foi agravado pela pandemia.

Todavia, vale ressaltar que muitos estudos clínicos randomizados mostram que a suplementação de vitaminas não apresenta benefícios na prevenção de doenças crônicas que não estejam relacionadas a uma deficiência nutricional<sup>17</sup>. Ademais, um informativo conjunto da Associação Médica Brasileira (AMB) e Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) de 2020 sobre vacinação e tratamento farmacológico preventivo<sup>18</sup> ressalta que, até o presente

momento, as melhores evidências científicas demonstraram que nenhuma medicação possui eficácia comprovada na prevenção ou no tratamento precoce para a COVID-19. A SBI publicou, também, outro informe sobre a COVID-19, que reforça que não existe comprovação de benefício do uso de vitaminas C e D e suplementos minerais, exceto em pessoas que possuem uma carência nutricional<sup>19</sup>.

Com foco no Brasil, houve um expressivo aumento na compra de conjuntos de medicamentos, o chamado “kit-covid” ou medicamentos para “tratamento precoce” da COVID-19, amplamente disseminados pelas redes sociais, profissionais médicos, mídia e autoridades influentes no país sem comprovação científica para o uso com tal finalidade.

Dos 323 participantes do estudo que responderam sim ao uso de algum medicamento durante a pandemia, 1,55% (n= 5) afirmaram ter feito uso de cloroquina e hidroxicloroquina, por motivo de prevenção e tratamento de COVID-19.

A cloroquina, uma 4-aminaquinolina, é um agente antimalárico, assim como a Hidroxicloroquina, que tiveram ampla divulgação no Brasil como medicamentos que preveniam e tratavam a doença causada pelo coronavírus, mesmo após vários estudos demonstrarem que esse medicamento não possuía ação comprovada. Segundo informe publicado pela Sociedade Brasileira de Infectologia<sup>18</sup>, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a FDA (agência reguladora de medicamentos dos EUA), a Sociedade Americana de Infectologia (IDSA) e o Instituto Nacional de Saúde Norte-Americano (NIH) recomendaram que não fosse utilizado cloroquina, nem hidroxicloroquina para pacientes com COVID-19 devido à falta de benefício comprovado e potencial de toxicidade. Dentre os efeitos adversos do uso de drogas antimaláricas, de acordo com

a forma como a cloroquina encontra-se: Retinopatia, prolongamento do intervalo QT, metemoglobinemia, amnésia, morte (em doses supraterapêuticas), prurido, fraqueza muscular, agravamento de psoríase, porfiria e alterações no trato gastro-intestinal<sup>20</sup>.

Neste estudo, 4,02% (n=13) pessoas fizeram uso de nitazoxanida, dentre os motivos estavam: realizar a vermifugação anual, fazer bem para casos de covid e tratamento de giardíase. 16,71% (n=54) pessoas fizeram uso de ivermectina devido ao suposto efeito terapêutico para o tratamento e prevenção da Covid-19. Recentemente, em um estudo publicado pela academia de Oxford<sup>21</sup> chegou-se à conclusão que a ivermectina não apresenta nenhum benefício no tratamento da covid, principalmente em casos leves, e também não surtiu nenhum resultado de melhora em casos moderados a graves, sendo considerada por fim, uma opção não viável ao tratamento do Sars-cov2.

Outra classe farmacológica amplamente difundida no combate ao coronavírus foram os corticosteroides. Os corticoides exógenos são agentes farmacológicos utilizados em terapias de reposição e também causam supressão do sistema imune e possuem ação anti-inflamatória, devido ao amplo espectro de ação, têm grande relevância no tratamento de doenças autoimunes e inflamatórias; contudo, deve-se manter atenção constante à dose, pois, o aumento do nível de cortisol no corpo humano está relacionado com diversos efeitos colaterais. 10,2% dos participantes desta pesquisa que utilizaram corticoides durante a pandemia o fizeram mediante prescrição para tratar Covid-19. Dados da Sociedade Brasileira de Infectologia<sup>17</sup> sugerem que não há evidências de benefício do uso de corticoide para prevenção de formas leves ou moderadas da Covid-19, a não ser que haja

indicação de oxigenoterapia. A necessidade de seu uso deve ser avaliada pelo médico individualmente, a fim de evitar efeitos colaterais<sup>18</sup>. Até o momento sabe-se que o uso de glicocorticoides para prevenção e tratamento de casos leves a graves de Covid não é indicado. Segundo o grupo Recovery<sup>22</sup> uso de dexametasona em pacientes graves que necessitaram uso de suporte respiratório, apresentou diminuição da taxa de mortalidade. Entretanto, segundo o mesmo estudo, entre aqueles que não faziam uso de suporte respiratório, o uso de dexametasona não interferiu na taxa de mortalidade.

Além de todos os medicamentos supracitados, outra classe muito disseminada ao uso como tratamento e prevenção da covid foram os antibióticos, sendo o principal recomendado a azitromicina, nesse estudo, 17,95% (n=58) dos participantes que afirmaram fazer uso de algum medicamento utilizaram algum tipo de antibiótico. Ainda no início da pandemia, a Pfizer<sup>23</sup>, em nota publicada em seu site no Brasil, fez um alerta sobre os riscos do uso indiscriminado de antibióticos, como por exemplo, acelerar o tempo para desenvolvimento de resistência bacteriana aos medicamentos, bem como alertar que os antibióticos combatem apenas infecções causadas por bactérias e que além dos efeitos colaterais ocasionados pelo medicamentos ainda há o perigo da diminuição da flora bacteriana normal e presente no organismo humano que atua inclusive de forma protetora ao organismo. Segundo o Drugs<sup>22</sup>, os efeitos colaterais leves causados pelo uso de antibióticos incluem náuseas e vômitos, diarreia, erupções cutâneas e infecções vaginais por fungos, já nos casos mais graves incluem choque anafilático, dores abdominais e graves infecções fúngicas.

As diretrizes para tratamento farmacológico da Covid-19 (consenso entre Associação de Medicina Intensiva Brasileira, Sociedade Brasileira de Infectologia e Sociedade brasileira de

Pneumologia e Tisiologia)<sup>24</sup> também não recomendam a utilização de antibacterianos profiláticos em pacientes com suspeita ou confirmação diagnóstica de Covid-19 a menos que haja evidência de infecção bacteriana associada, devido à ausência de evidentes benefícios e possíveis eventos adversos, aumento da resistência antimicrobiana e de custos. Contudo, apesar das recomendações e consensos, neste estudo foi possível evidenciar essa prática em 15,5% dos indivíduos que utilizaram antibióticos durante a pandemia, visto que 9 dos 58 participantes que usaram ATB relataram que o motivo foi prescrição médica devido à suspeita ou diagnóstico de Covid-19. Esse fato é condizente com uma estimativa proposta por um estudo publicado no Journal of the American Medical Association<sup>25</sup> no qual é exposto que, em condições gerais, em torno de 30% das prescrições de antibióticos analisadas podem ter sido inapropriadas<sup>26,27</sup>.

## Conclusão

Conclui-se que as principais classes de medicamentos utilizadas foram os analgésicos, antitérmicos e vitaminas, com

aumento na frequência de consumo, principalmente entre aqueles de venda livre, facilitando o acesso da população. Em relação às vitaminas, houve um aumento no consumo, principalmente, das vitaminas D, C e polivitamínicos; o principal motivo para o uso das vitaminas foi o desejo da melhora do sistema imune. Referente aos antidepressivos e ansiolíticos, o uso foi consideravelmente maior em pacientes do sexo feminino, na faixa etária de 18 a 39 anos. Dentre a classe dos analgésicos, 83,40% (n=201) alegaram fazer consumo do medicamento por conta própria, prevalecendo maior consumo entre mulheres. 60,14% (n=83) utilizaram anti-inflamatório por conta própria, devido a esse fato ressalta-se a importância dos cuidados com a automedicação. No tocante ao uso dos três medicamentos inclusos no “Kit-Covid”, houve um consumo maior de Ivermectina. Nota-se que essa atitude está relacionada à divulgação de conceitos falsos, visto que é sabido que não há evidência científica de que esses medicamentos são eficazes e seguros para Covid-19, podendo trazer prejuízo à saúde.

## Referências Bibliográficas

1. LIMA, Danilo Lopes Ferreira et al. COVID-19 no estado do Ceará, Brasil: comportamentos e crenças na chegada da pandemia. Ciênc. Saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1575-1586, May 2020. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232020000501575&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000501575&lng=en&nrm=iso). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020255.07192020>.
2. TEICH, Vanessa Damazio et al. Epidemiologic and clinical features of patients with COVID-19 in Brazil. Einstein (São Paulo), São Paulo, v. 18, eAO6022, 2020. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-45082020000100260&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-45082020000100260&lng=en&nrm=iso). [http://dx.doi.org/10.31744/einstein\\_journal/2020ao6022](http://dx.doi.org/10.31744/einstein_journal/2020ao6022).
3. CAMPOS, D. M. O. et al. Fighting COVID-19. Braz. J. Biol., São Carlos, v. 80, n. 3, p. 698-701, Sept. 2020. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-69842020000300698&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-69842020000300698&lng=en&nrm=iso). <http://dx.doi.org/10.1590/1519-6984.238155>.
4. ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado et al. Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 50, supl. 2, 13s, 2016. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-)



- 89102016000300311&lng=en&nrm=iso. <https://doi.org/10.1590/s1518-8787.2016050006117>.
5. PAUMGARTTEN, Francisco José Roma and Oliveira, Ana Cecília Amado Xavier de Off label, compassionate and irrational use of medicines in Covid-19 pandemic, health consequences and ethical issues. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2020, v. 25, n. 9, pp. 3413-3419. Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.16792020>. Epub 28 Aug 2020. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.16792020>.
  6. World Health Organization. The Role of the pharmacist in self-care and self-medication: report of the 4th WHO Consultative Group on the Role of the Pharmacist, The Hague, The Netherlands, 26-28 August 1998. Geneva: World Health Organization; 1998.
  7. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Prêmio Nacional de Incentivo à Promoção do Uso Racional de Medicamentos -2009 – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 152 p.– (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).
  8. CORRÊA DAS, Felisbino-Mendes MS, Mendes MS, Malta DC, Velasquez-Melendez G. Fatores associados ao uso contraindicado de contraceptivos orais no Brasil. *Rev Saude Publica*. 2017;51:1.:1.
  9. SOARES CRUZ, p.; caramona, m.; pereira guerreiro, m. Uma reflexão sobre a automedicação e medicamentos não sujeitos à receita médica em Portugal. *Revista Portuguesa de Farmacoterapia*, v. 7, n. 2, p. 83-90, 24 jun. 2015.
  10. VITOR, Ricardo Sozo; LOPES, Caroline Panone; MENEZES, Honório Sampaio; KERKHOFF, Carlos Eduardo. Padrão de consumo de medicamentos sem prescrição médica na cidade de Porto Alegre, RS. *Ciênc. saúde coletiva*, [S. l.], p. 737-743, 1 abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/VcBmGRRMD7CCDNSPq89Q46J/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2021.
  11. RANKEL SAO, Sato MDO, Santiago RM. Uso irracional dos anti-inflamatórios não esteroidais no município de Tijucas do Sul. *Visão Acadêmica*, v. 17, n. 4, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/acd.v17i4.50205>.
  12. WANG, C., Pan, R., Wan, X., Tan, Y., Xu, L., & Ho, C. (2020). Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 Coronavirus Disease (COVID-19) epidemic among the general population in China. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(5), 1729. <https://doi.org/10.3390/ijerph17051729>.
  13. BARROS, Marilisa Berti de Azevedo et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* [online]. v. 29, n. 4 [Acessado 2 Julho 2021}. <https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000400018>.
  14. OLIVEIRA, Marina Maria de. O USO DE ANTIDEPRESSIVOS POR INDIVÍDUOS SEM DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNO MENTAL NA POPULAÇÃO GERAL. 2018. 42 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Católica de Santos, [S. l.], 2018.
  15. GARCIAS, Carla Maria Maia; PINHEIRO, Ricardo Tavares; GARCIAS, Gilberto de Lima; HORTA, Bernardo Lessa; BRUM, Clarice Brinck. Prevalência e fatores associados ao uso de antidepressivos em adultos de área urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, em 2006. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, p. 1565-1571, 24 jul. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/cHKd9QzRBGNPjYBBpSqp7Zv/?lang=pt&format=pdf>.
  16. BAE, Minkyung; KIM, Hyeyoung. The Role of Vitamin C, Vitamin D, and Selenium in Immune System against COVID-19. *Molecules*, [S. l.], p. 5346, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7696052/>.
  17. MANSON, JoAnn E.; BASSUK, Shari S. Vitamin and Mineral Supplements: What Clinicians Need to Know. *JAMA Network*, [S. l.], p. 859-860, 6 mar. 2018. DOI 10.1001/jama.2017.21012. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/2672264>. Acesso em: 9 dez. 2021.
  18. SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFECTOLOGIA E ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA. Dr. César Eduardo Fernandes (presidente da Associação Médica Brasileira –



- AMB); Dr. Clóvis Arns da Cunha (presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia – SBI). São Paulo, 19 de janeiro de 2021. Informativo conjunto da Associação Médica Brasileira (AMB) e Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) sobre vacinação e tratamento farmacológico preventivo. Disponível em: <https://infectologia.org.br/wp-content/uploads/2021/01/informativo-conjunto-da-amb-e-sbi-sobre-vacinacao-e-tratamento-farmacologico-preventivo-covid-19.pdf>.
19. WEISSMANN ET AL; (Sociedade Brasileira de Infectologia). 30/06/2020. INFORME DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFECTOLOGIA SOBRE O NOVO CORONAVÍRUS N° 15: USO DE MEDICAMENTOS PARA COVID-19, [S. l.], 30 jun. 2020. Disponível em: <https://infectologia.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Informe-15-uso-de-medicamentos-para-covid-19.pdf>.
20. ROMAN, Yuani M; BURELA, Paula Alejandra; PASUPULETI, Vinay; PISCOYA, Alejandro; VIDAL, Jose E; HERNANDEZ, Adrian V. Ivermectin for the Treatment of Coronavirus Disease 2019: A Systematic Review and Meta-analysis of Randomized Controlled Trials. *Clinical Infectious Diseases*, [S. l.], p. x, 28 jun. 2021. DOI <https://doi.org/10.1093/cid/ciab591>. Disponível em: <https://academic.oup.com/cid/advance-article/doi/10.1093/cid/ciab591/6310839>.
21. THE RECOVERY COLLABORATIVE GROUP. Dexamethasone in Hospitalized Patients with Covid-19. *The New England Journal of Medicine*, [S. l.], v. 384, n. 8, p. 693-704, 25 fev. 2021. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/pdf/10.1056/NEJMoa2021436?articleTools=true>.
22. ANDERSON, Leigh Ann. Common Side Effects from Antibiotics, and Allergies and Reactions. In: *Drugs*. [S. l.], 15 set. 2021. Disponível em: <https://www.drugs.com/article/antibiotic-sideeffects-allergies-reactions.html>.
23. ANTIBIÓTICO: A IMPORTÂNCIA DE USO RACIONAL. In: Pfizer. [S. l.], 17 jun. 2019. Disponível em: <https://www.pfizer.com.br/noticias/ultimas-noticias/antibiotico-importancia-de-uso-racional>.
24. FALAVIGNA, Maicon *et al.* Diretrizes para o tratamento farmacológico da COVID-19. Consenso da Associação de Medicina Intensiva Brasileira, da Sociedade Brasileira de Infectologia e da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. *Rev. bras. ter. intensiva*, [S. l.], p. 166-196, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbti/a/6Vw95XMj4kZdWWvXWqLgDRb/?lang=pt>.
25. FLEMING-DUTRA, Katherine E. et al. Prevalence of Inappropriate Antibiotic Prescriptions Among US Ambulatory Care Visits, 2010-2011. *Journal of the American Medical Association*, [S. l.], p. 1864-1873, 3 maio 2016. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/2518263>.
26. KRONMAN, Matthew P.; ZHOU, Chuan; MANGIONE-SMITH, Rita. Bacterial Prevalence and Antimicrobial Prescribing Trends for Acute Respiratory Tract Infections. *Official Journal of the American Academy of Pediatrics*, [S. l.], v. 134, n. 4, p. 956-965, 1 ago. 2014. Disponível em: <https://pediatrics.aappublications.org/content/134/4/e956.short>.
27. GONZALES, Ralph; MALONE, Daniel C.; MASELLI, Judith H.; SANDE, Merle A. Excessive Antibiotic Use for Acute Respiratory Infections in the United States. *Clinical Infectious Diseases*, [S. l.], v. 33, n. 6, p. 757-762, 15 set. 2001. Disponível em: <https://academic.oup.com/cid/article/33/6/757/328318?login=true>.

---

### Como citar este artigo:

Squinca M, Arcuri AFG, Pereira JTR, Ribeiro TO, Marini DC. Consumo de medicamentos durante a pandemia da Covid-19. *Rev. Aten. Saúde*. 2022; 20(72): 19-32.

